

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MIRELLA VAZ DE CASTRO

**A OTAN NA OPINIÃO PÚBLICA SUECA: A INFLUÊNCIA DO DISCURSO DO
PARTIDO MODERADO**

BRASÍLIA

2016

MIRELLA VAZ DE CASTRO

**A OTAN NA OPINIÃO PÚBLICA SUECA: A INFLUÊNCIA DO DISCURSO DO
PARTIDO MODERADO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência final para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vânia Carvalho Pinto.

BRASÍLIA

2016

MIRELLA VAZ DE CASTRO

**A OTAN NA OPINIÃO PÚBLICA SUECA: A INFLUÊNCIA DO DISCURSO DO
PARTIDO MODERADO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência final para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vânia Carvalho Pinto.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Vânia Carvalho Pinto
Orientadora

Prof. Dr. Alcides Costa Vaz
IREL - UnB

Prof. Dr. Juliano da Silva Cortinhas
IREL - UnB

BRASÍLIA

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que, ao longo de toda minha trajetória, concedeu força e sabedoria para que eu aqui chegasse.

Agradeço a minha família, em especial a meu pai, Mário, minha irmã, Michella, e minha mãe, Vanusa, que sempre me incentivaram a superar minhas dificuldades e correr atrás dos meus sonhos. Sem estas pessoas e o apoio incondicional que por elas me foi dado, certamente a jornada até aqui não teria sido possível.

Agradeço a minha orientadora Prof^a Dr^a Vânia Carvalho Pinto por acreditar no meu potencial e sempre ter me encorajado a seguir um passo adiante. Sua paciência e orientação foram fundamentais para a produção deste trabalho e o amadurecimento acadêmico e pessoal que pude adquirir ao longo dele.

Agradeço aos meus amigos, em especial o Pedro César, a Nathalia Lenzi, a Mariana e o Cezar Rodrigo pela compreensão e estímulo que me foi dado ao longo da produção deste trabalho.

Agradeço ao meu namorado, João Felipe, que esteve ao meu lado me apoiando e incentivando ao longo destes últimos meses. Estendo o agradecimento a sua mãe, Silvana, que não só forneceu auxílio essencial ao longo dessa caminhada, como ajudou no processo de revisão final da pesquisa.

Agradeço aos meus colegas do CEGRI, com os quais obtive um aprendizado imensurável ao longo desses últimos três anos. Em especial, faço agradecimento ao Humberto, que se dedicou a inúmeras e extensivas revisões na finalização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho busca analisar as origens da mudança na opinião pública sueca acerca da entrada do país para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ocorrida em 2015. Em uma pesquisa de opinião popular, a população se apresentou, pela primeira vez na história, favorável a eventual entrada do país na organização, um movimento cujas consequências afetariam o princípio histórico de neutralidade do país, também parte de sua identidade nacional. Analisa-se a hipótese de que essa transformação no pensamento dos suecos tenha sido resultado da repercussão de um discurso elaborado pelo Partido Moderado, com base no apelo às crenças da população sueca — um *frame*. A fim de comprovar-se essa hipótese, é realizada a aplicação da teoria do *framing*. Primeiramente, apresenta-se as tarefas essenciais do *frame*, almejando constatar sua presença no contexto sueco. Em seguida, busca-se a verificação das condições que renderiam ao discurso do Partido Moderado ressonância perante a população. Constatada a existência dessas condições, o trabalho conclui que o *frame* elaborado pelo Partido influenciou a mudança na opinião pública sueca, na medida em que foi verificada sua ressonância.

Palavras-chave: Suécia; OTAN; Segurança Internacional; Partido Moderado Sueco; Teoria do *Framing*; *Frame*;

ABSTRACT

This work seeks to understand the origins of the change in the Swedish public opinion change that took place in 2015 regarding the country's potential entrance to the North Atlantic Treaty Organization (NATO). For the first time in history, the Swedish population has signaled positively to a possible membership in the organization. That move would have deep effects on Sweden's historic principle of neutrality, which is also part of its national identity. Therefore, it is argued that the change in public opinion was a result of the repercussion of a narrative that was elaborated based on the beliefs of the Swedish population — a *frame* — by the Moderate Party. Aiming to verify the hypotheses, this work applies the Framing Theory. Firstly, the *frame*'s essential tasks are presented, in order to verify their presence in the Swedish context. After that, the article seeks to verify the conditions that would guarantee resonance to the Moderate Party's discourse among the population. Once the existence of these conditions is verified, the work concludes that the frame elaborated by the Moderate Party has directly influenced the change in Swedish public opinion.

Key-words: Sweden; NATO; International Security; Swedish Moderate Party; *Framing Theory*; *Frame*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Critérios do <i>framing</i>	20
Tabela 2 – Aplicação das tarefas essenciais do <i>framing</i>	28
Tabela 3 – Aplicação dos critérios de ressonância do <i>framing</i>	35

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 – A teoria do <i>framing</i> como ferramenta à análise da neutralidade sueca	12
1.1 A política de neutralidade sueca.....	12
1.2 O <i>framing</i> nas ciências sociais: aplicação ao caso empírico da Suécia.....	16
Capítulo 2 – O Partido Moderado e a neutralidade sueca	22
2.1 Neutralidade sueca no pós-Guerra Fria: ainda vantajosa?.....	22
2.2 OTAN: uma solução?.....	25
2.3 Em busca do apoio da população.....	27
Capítulo 3 – O <i>frame</i> e sua ressonância na opinião pública sueca	29
3.1 O Partido Moderado na política sueca.....	29
3.2 A UE como precedente.....	31
3.3 A contribuição russa para o <i>frame</i> do Partido Moderado.....	32
Conclusão	37
Referências bibliográficas	39

INTRODUÇÃO

As tensões que permeiam as relações internacionais do Báltico e da Escandinávia têm se intensificado cada vez mais nos últimos anos frente o crescente ativismo militar russo. Desde 2014, a Rússia vem protagonizando exercícios militares na região, envolvendo violações do espaço aéreo sueco e simulações de captura de ilhas escandinavas, como a de Gotland (RUSSIAN..., 2014; RUSSIA..., 2015b). Somando-se a estes há de se mencionar também as tendências expansionistas de Moscou nos últimos anos, seja com a anexação da região da Crimeia, seja com o protagonismo militar exercido pelo país na Guerra Civil da Síria. Esta movimentação tem gerado preocupação entre os países escandinavos, principalmente naqueles que não são partes integrantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), como a Suécia. O temor de uma possível invasão comandada pelo Kremlin fez ressurgir na Suécia o debate sobre a capacidade de defesa do país, o qual, em função de sua neutralidade, não participa em alianças militares.

A conjuntura atual da região, favoreceu, portanto o retorno da discussão sobre as consequências da adoção da neutralidade pela Suécia no sistema internacional. Utilizado como norteador da política externa sueca desde o século XVII (BJERELD & MÖLLER, 2016, p. 435), este conceito por várias vezes enfrentou desafios em sua aplicação prática. Durante períodos conturbados da história, como os das duas Grandes Guerras e Guerra Fria, algumas atitudes tidas como realizadas pela Suécia e outras apenas como rumores¹ renderam-lhe acusações de violação de seu posicionamento declarado neutro (HOPPER, 1945, pp. 439-442; BJERELD & MÖLLER, 2016, p. 435). Na década de 1990, o debate concentrou-se no isolacionismo que a política de neutralidade estaria rendendo ao país. Em função do princípio de não alinhamento em tempos de paz de sua política externa, a Suécia apresentou alguma resistência inicial à entrada para a União Europeia — tendo finalmente ingressado nessa organização em 1994 —, e ainda hoje, se encontra fora da OTAN.

A discussão sobre o posicionamento em política externa permeou as agendas da maioria dos partidos políticos da Suécia, entretanto, o primeiro partido a trazer essa discussão à população foi Partido Moderado, durante o governo de Carl Bildt como Primeiro-Ministro (1990-1994). Os Moderados, nas figuras de Bildt e de Fredrik Reinfeldt, esse Primeiro-

¹ Entre as ações realizadas pela Suécia durante a Segunda Guerra pode-se citar a concessão de passagem às tropas alemãs desarmadas em seu território (HOPPER, 1945, p. 442) e, durante a Guerra Fria, o surgimento de rumores da efetuação de acordos com o Ocidente (BJERELD; MÖLLER, p. 439-440).

² Christopher Browning (2007, p. 27-51) define a excepcionalidade nórdica em três características que

Ministro entre 2006 e 2014, advogaram, desde o princípio, em favor da entrada da Suécia para a UE e para a OTAN, o que iria diretamente de encontro aos princípios da neutralidade. Em contrapartida, partidos como o Social Democratas e o de Esquerda, defendem a continuidade da posição neutra do país em seus moldes originais, o que implicaria não ser associado a nenhum bloco internacional militarizado (AYLOTT, 2016, p. 160).

Este movimento de aproximar a população a esse particular assunto de política externa se deve ao fato de a neutralidade remeter mais do que somente à uma ferramenta política, mas também à identidade nacional e nórdica da Suécia. Ole Wæver (1992, p. 84-85) descreve a existência de um modelo nórdico, liderado pela própria Suécia, no qual a neutralidade seria uma de suas componentes e características da superioridade da região em relação às demais do globo. Ou seja, o posicionamento neutro sueco é um conceito triplo: funciona como uma ferramenta de política internacional, é parte integrante dos valores identitários do país e é também uma característica de excepcionalidade² dos escandinavos, que condiz a maneira em que esse países se projetam como modelo internacional.

Em função deste caráter identitário, a opinião dos suecos é parte importante na legitimação e efetivação dos processos de tomada de decisão relacionados à política externa neutra do país. Dessa forma, embora a ausência de aliados militares frente às ameaças russas pareça um fator de risco, a possibilidade de entrada da Suécia para a OTAN demanda o apoio popular, reforçando no país o debate nacional acerca da viabilidade de manutenção do posicionamento neutro sueco no contexto internacional atual.

É neste debate que surge a presente proposta de pesquisa. A opinião pública do país, pela primeira vez na história, em 2015, demonstrou apoio à entrada do país como membro permanente para a OTAN (MORE..., 2015). Tendo em vista que uma atitude como esta implicaria na redefinição não somente de uma estratégia política do país, mas de sua identidade, surgem questionamentos em relação ao porquê de a população sueca se encontrar disposta a abandonar um valor que carrega há mais de 200 anos (BJERELD & MÖLLER, 2016, p. 434).

O objetivo da presente pesquisa consiste então, na tentativa de compreensão desta questão, partindo da premissa de que há uma relação de co-constituição, mediada pelos partidos políticos nacionais, entre a política externa sueca e a opinião pública do país. Dessa forma, pode-se considerar que o nível de análise a ser trabalhado corresponde ao descrito por

²Christopher Browning (2007, p. 27-51) define a excepcionalidade nórdica em três características que distinguiriam os países da região de forma superior aos demais do globo, sendo estas: preocupação com os países em desenvolvimento, aplicação do modelo do Estado de Bem-estar Social e apresentação de sociedades de caráter pacífico.

Bayless Manning (1977), como interméstico, o qual, de certa forma, compreenderia a interação entre os níveis sistêmico e de Estado, propostos por David Singer em 1961.

Buscar-se-á nas próximas páginas entender a origem da mudança constatada no apoio popular sueco, tentando verificar a influência ou não do discurso de um ator específico, o Partido Moderado, em sua motivação. Propõe-se uma análise da tendência atual de transformação da política externa da Suécia amparada na corrente construtivista das relações internacionais, a qual entende o mundo como produto da interação entre agente —sejam indivíduos, Estados ou atores não-estatais— e estrutura, em um processo de constituição mútua (ADLER, 2002, p. 95). É esta abordagem das Relações Internacionais, que torna possível, portanto, o estudo do papel de normas sociais e identidades na concepção da política externa de um determinado país (CHECKEL, 2012, p. 72), como no caso da neutralidade na Suécia.

Utilizando o pensamento construtivista como ponto de partida, o presente trabalho propõe a aplicação da teoria do *framing*, trazida às Ciências Sociais por Erving Goffman, ao caso empírico presenciado na Suécia. Por consistir no processo de elaboração de um discurso motivacional — um *frame*—, por um ator estratégico, no intuito de convencer uma audiência específica, o *framing* se faz útil na tentativa de resposta à seguinte pergunta que guiará esta pesquisa: *teria a mudança na opinião pública sueca, acerca da entrada do país para a OTAN, sido resultado da ressonância de um frame elaborado pelo Partido Moderado?* Dessa forma, será testada, nas próximas páginas, a hipótese de que o Partido Moderado, através da elaboração e disseminação de um *frame*, tenha sido responsável pela mudança na opinião pública sueca, ocorrida no ano passado.

O primeiro capítulo abordará o contexto atual da neutralidade na Suécia, seguido da explanação do modelo teórico a ser aplicado, o *framing*. No segundo capítulo, será realizada a primeira parte da aplicação teórica ao caso, consistindo na identificação das tarefas do *framing*. Por fim, o último capítulo trará a aplicação dos critérios de ressonância do *framing*, a fim de constatar-se a presença de elementos que comprovem a reverberação do discurso do Partido Moderado em meio à população sueca.

CAPÍTULO 1 - A TEORIA DO *FRAMING* COMO FERRAMENTA À ANÁLISE DA NEUTRALIDADE SUECA

Neste capítulo, almeja-se apresentar a teoria e método de análise a ser utilizado no presente estudo: o *framing*. Na primeira seção, será apresentado o tema e o objeto de estudo sobre os quais se deseja trabalhar, a política de neutralidade e a opinião pública suecas. A seguir, serão retratadas as primeiras utilizações da teoria no campo de estudos das ciências sociais, bem como seu desenvolvimento até a aplicação em contextos políticos. Ao final, se apresentará uma tabela resumo da estrutura de aplicação do *framing* ao caso estudado, apresentando o Partido Moderado como *ator estratégico* e a população sueca como sua *audiência*.

1.1 A POLÍTICA DE NEUTRALIDADE SUECA

O Estado sueco formou-se em 1544 e tem a neutralidade como parte de sua realidade política desde o século XVII. O modo como é exercida atualmente, porém, foi concebido somente após a transformação do país em uma monarquia parlamentarista, com a aprovação da Constituição de 1809 (SWEDISH INSTITUTE, 2012; PETERSSON, 2016, p. 94); BJERELD; MÖLLER, 2016, p. 434). Essa nova prática do país foi descrita pelo historiador Bruce Hopper (1945, p. 436) como a adoção de um comportamento não militar de balanceamento do poder no Sistema Internacional. Segundo o autor, esse comportamento foi adotado não somente pela Suécia, mas por vários outros pequenos Estados como Bélgica, Holanda e Noruega. Esse movimento teria se originado em resposta ao contexto internacional à época, intimidador e favorável a exércitos numerosos (HOPPER, 1945, p. 436).

A estratégia de neutralidade adotada por esses Estados, no entanto, não tardou a demonstrar sinais de vulnerabilidade. Passando a ser sinônimo de fragilidade na percepção de outros países, detentores de grandes exércitos, muitos foram os que decidiram por abandoná-la, como Dinamarca, Bélgica e Holanda. A Suécia, por sua vez, optou por mantê-la, decisão à qual se credita o fato de o país não ter tomado parte em nenhum conflito armado desde 1814 (HOPPER, 1945, p. 438; BEJERELD; MÖLLER, 2016, p. 434).

Este pacifismo de mais de dois séculos do país não foi, porém, eximido de dificuldades na manutenção do posicionamento sueco no sistema internacional, principalmente durante o século XX. No deflagrar da Primeira Guerra Mundial, a declaração de neutralidade sueca foi alvo de contestações pela Alemanha. Em resposta, o país escandinavo fez entender que sua posição seria benevolente aos alemães e prejudicial ao seus oponentes, minando o princípio

de imparcialidade teoricamente implícito ao documento (BEJERELD; MÖLLER, 2016, p. 435).

No que tange a Segunda Guerra, pelo menos dois episódios podem ser destacados como marcantes ao posicionamento neutro sueco. Primeiramente, a chamada “Guerra do Inverno”, ocorrida em 1939 entre Finlândia e Rússia, trouxe desafios domésticos à política de neutralidade na Escandinávia. Apesar de politicamente neutro em relação ao conflito, o governo da Suécia passou a ser alvo de pressões populares que clamavam pela interferência do país em favor dos vizinhos finlandeses (HOPPER, 1945, p. 439-440). Por contar com o apoio da população como um de seus pilares, a neutralidade sueca passou a ter uma de suas bases fragilizada. Logo mais, em 1940, a Suécia também concedeu às tropas alemãs desarmadas direito de passagem por seu território, o que pode ser considerado uma violação de seu caráter primariamente neutro. O país apresentava alta dependência econômica na importação de carvão alemão, sendo que após inúmeras pressões de Berlim, se viu obrigado a ceder. A permissão ainda foi estendida até 1941, quando, na intenção de atacar a Rússia, os alemães negociaram também a utilização do espaço aéreo sueco (HOPPER, 1945, p. 442).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a criação do bloco soviético e a escalção do conflito entre capitalismo e socialismo, foi potencializada a fragilidade dos países escandinavos. Episódios protagonizados pela União Soviética durante a II Guerra, como a própria “Guerra do Inverno”, compunham um histórico de relações já permeadas pelo temor ao país vizinho, que agora ganhava ainda mais força no sistema internacional. Diante da instauração desse novo cenário de incertezas na região, a Suécia liderou, em 1948, a tentativa de criação de uma aliança de defesa escandinava. A ideia, por sua vez, não foi aceita pela Noruega, que defendia uma cooperação militar com outros países do Ocidente. Dessa forma, a negociação fracassou, resultando, em 1949, na entrada da Dinamarca e da Noruega como membros permanentes para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na adoção oficial pelo parlamento sueco do princípio da neutralidade como guia da política externa do país (ARTER, 2008, p. 261-63).

A neutralidade internacional sueca passou então a ser resumida em três pilares: (1) não alinhamento militar, (2) capacidade de defesa forte e independente e (3) apoio da opinião pública. O princípio do não alinhamento militar tem como principal objetivo garantir a ausência de alianças firmadas em tempos de paz e que venham a condicionar a posição neutra do país em tempos de conflito. A presença de uma forte capacidade de defesa, por sua vez, almeja intimidar qualquer país que ouse violar a posição sueca, ou seja, tem um valor de capacidade de dissuasão (AGIUS, 2006, p. 104). Por último, a valorização do apoio popular,

favorecida até mesmo pela natureza democrática do Estado do bem-estar social adotado pela Suécia, permitiu, anos mais tarde, o surgimento de uma peculiaridade importante da neutralidade na Suécia: sua incorporação à identidade nacional e nórdica.

Durante a Guerra Fria, a justificativa da política de neutralidade sueca se concentrou na iminente ameaça da vizinha URSS. Essa política, porém, não implicou em um país indiferente aos acontecimentos do globo no decorrer do período, sendo caracterizada por fortes críticas, de um lado, às ações americanas no Vietnã e, de outro, à intervenção soviética na Checoslováquia, em 1968. O fim da Guerra Fria, no entanto, esvaziou de sentido a adoção da neutralidade, vez que a URSS já não mais existia. O posicionamento neutro sueco frente ao sistema internacional passou a ser associado a um isolacionismo do país, que se via impedido de corresponder de forma imediata às dinâmicas de integração regional que surgiam (BEJERELD; MÖLLER, 2016, p. 437-440).

Em contrapartida, também ao final da Guerra Fria, o cientista político Ole Wæver (1992, p. 77-88), colocou o pacifismo da região escandinava — constantemente associado, na prática, à neutralidade — como um dos fatores responsáveis por sua superioridade em relação aos demais integrantes da Europa. Segundo o autor, os países nórdicos seriam responsáveis pela criação de um modelo, caracterizado pelo compartilhamento de dois elementos para além do comportamento pacífico no meio internacional: a utilização do Estado do bem-estar social e a preocupação com os países em desenvolvimento. Dessa forma, mais do que um traço da identidade nacional sueca, a neutralidade se apresentava como um valor simbólico associado à superioridade nórdica.

Diante de ambos os argumentos, a entrada na União Europeia, em 1994, foi o primeiro dos grandes desafios ao não alinhamento do país em tempos de paz. Entrar para a organização implicou ameaçar um princípio não somente da política externa, mas da identidade sueca e escandinava: a neutralidade. Ainda que não considerada uma organização propriamente militar e, por isso, ter sido de forma adaptada inserida no escopo da política externa sueca, a Política Externa e de Segurança Comum Europeia e a relação da UE com a OTAN até hoje geram discussões no país. A necessidade de posicionamento e participação militar da UE em colaboração com a OTAN em determinadas situações, demandaria a inclusão da Suécia, podendo em alguns casos gerar contrariedades à sua neutralidade no sistema internacional. Ainda em 1994, a Suécia passou a fazer parte do Programa de Parcerias para a Paz da OTAN³

³ O Programa de Parcerias para a Paz da OTAN é um programa de parcerias bilaterais entre países Euro-Atlânticos e a OTAN. O programa permite à estes países construir uma relação individual com a organização, podendo escolherem suas áreas prioritárias de cooperação. A entrada para esse programa não implica

(BEJERELD; MÖLLER, 2016, p. 441), decisão que, apesar de não gerar ao país alguma responsabilidade de defesa com os demais membros da organização, colaborou para o debate e questionamento se haveria uma possível decadência ou necessidade de redefinição da política externa do país.

A discussão acerca das novas tendências da política externa sueca ganhou mais força quando trazida a pauta da possibilidade de entrada do país como membro permanente para a OTAN. Diferentemente da UE, esta se coloca como uma aliança militar, não estando, portanto, a Suécia de maneira alguma apta a ingressá-la devido ao princípio de não alinhamento inerente à sua neutralidade. Apesar disso, é plausível buscar padrões históricos no que tange a adaptação da política externa sueca às transformações do sistema internacional para a análise da questão relacionada à OTAN.

Assim, como a entrada para UE ocorreu apenas após a constatação do desejo da maioria da população através de um referendo⁴, o presente trabalho parte da premissa que, com relação a OTAN, o país venha a seguir os mesmos passos. Em 1994, pesquisas realizadas pelo *SOM Search & Surveys*⁵, demonstraram que apenas 15% da população sueca apoiaria a entrada do país para a OTAN, número que apresentou pouca alteração até 2012, atingindo 17%, em contagem realizada pela mesma empresa (BEJERELD; MÖLLER, 2016, p. 443). Em 2013, porém, as pesquisas passaram a demonstrar mudanças significativas na opinião pública, quando se constatou que 29% da população apoiaria a entrada para a organização. Em 2015, a alteração se mostrou ainda maior em uma pesquisa realizada pela *TNS Sifo*⁶, constatando que, pela primeira vez, o número de suecos a favor, 41%, foi superior ao de contrários, 39% (MORE..., 2015).

Esta mudança na opinião pública sueca comporá, então, o objeto de estudo da presente pesquisa, fazendo-se necessário aqui defini-la como apenas os resultados das pesquisas já mencionadas realizadas pelo *SOM Search & Surveys* e pela *TNS Sifo*. Apresentado e delimitado o objeto a ser estudado, apresentar-se-á, na próxima seção, a abordagem teórica escolhida para ser aplicada na análise, bem como a forma como pretende-se aplicá-la ao caso.

solidariedade militar para com os demais membros da organização, prevista no artigo 5º do Tratado (NATO, 2016). Ver mais em <http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50349.htm?selectedLocale=en>.

⁴ O referendo foi realizado em 1994 e contou com 52,74% da população sueca favorável e 47,26% contrária à entrada do país para a União Europeia (SWEDEN..., 2016). Esse resultado, ao comprovar que o desejo de ingresso na organização era majoritário dentre os suecos, possibilitou a candidatura de sucesso da Suécia à uma vaga na União Europeia. Ver mais em: <http://eed.nsd.uib.no/webview/index.jsp?study=http://129.177.90.166:80/obj/fStudy/SEREF1994_Display&node=0&mode=cube&v=2&cube=http://129.177.90.166:80/obj/fCube/SEREF1994_Display_C1&top=yes>.

⁵ SOM Search & Surveys é um instituto de pesquisa da Universidade de Gothenburg, na Suécia. O instituto realiza pesquisas relacionadas à opinião pública do país desde 1986 (SOM, 2016).

⁶ TNS Sifo é o ramo da TNS Global, instituto de pesquisa, atuante na Suécia (TNS, 2016).

1.2 O FRAMING NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: APLICAÇÃO AO CASO EMPÍRICO DA SUÉCIA.

Com origem na psicologia, o conceito de *frame* foi inicialmente definido nas Ciências Sociais por Erving Goffman, em 1974, como um esquema de interpretação que permite a qualquer indivíduo localizar, perceber e rotular eventos concretos. Ao se apresentarem como estruturas mentais interpretativas, esses esquemas influenciam a visão que o indivíduo constrói acerca da realidade a sua volta e sua ação com relação a esta (CARVALHO PINTO, 2012, p. 5).

O *frame* pode ser concebido de duas maneiras diferentes: naturalmente ou socialmente. Aquele originado de forma natural tem como características a falta de orientação para um fim específico, ou seja, a ausência de um ator estratégico que o guie, e a presença de determinantes naturais, sendo por isso muito comum nas ciências físicas e biológicas. Goffman (1974, p. 22) utiliza como exemplo deste tipo de *frame* a publicação de uma nota meteorológica, cujas diretrizes são, geralmente, determinadas de forma natural e alheia à vontade do indivíduo que a transmite. Já o esquema social apresenta a incorporação do desejo, objetivo e esforço de um ator estratégico, seja um indivíduo ou uma entidade coletiva. O ator estratégico promove, então, orientações denominadas “*guided doings*” a fim de moldar as ações de um determinado executor ou audiência. Dessa forma, os *frames* socialmente concebidos originam-se no objetivo específico de um ator estratégico de orientar ou influenciar ações coletivas e individuais, ou seja, de uma audiência escolhida (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614).

Após o trabalho iniciado por Goffman em 1974, os autores David Snow, Burke Rochford, Steven Worden e Robert Benford, em 1986, utilizaram o conceito do *frame* na Sociologia, dessa vez como método de análise da capacidade de mobilização de movimentos sociais. Os autores criticavam a ausência de análises interpretativas sobre as reivindicações desses movimentos e trouxeram como primeira inovação a designação do verbo *framing* para se referir ao processo de elaboração de um *frame* (SNOW et al., 1986, p. 465).

O *framing* ocorre através do recolhimento e da articulação de elementos presentes no universo ideacional da audiência cuja mobilização se almeja. Esse processo, nos movimentos sociais, corresponderia ao trabalho de se criarem significados, concebidos como esquemas de interpretação, para seus participantes e antagonistas, com o propósito de induzi-los à mobilização (SNOW; BENFORD, 1988, p. 198). Após a ocorrência dessa mobilização, foi constatada a presença de uma harmonia entre os valores e as crenças projetados pelo

movimento, ou seja, pelo *frame* elaborado por este e os valores e crenças do (s) indivíduo (s) mobilizados. A esse fenômeno de congruência os autores denominaram *frame alignment* (SNOW et al., 1986, p. 464).

Após a verificação da existência do *frame alignment*, os estudos desta teoria na Sociologia foram direcionados para os objetivos e condicionalidades de sucesso desses esquemas de alinhamento, ou seja, a ocorrência da mobilização. David Snow & Robert Benford apresentaram três funções essenciais do *framing*: (1) *diagnóstico*, constituído na identificação de um aspecto social problemático, que demande alguma alteração social; (2) *prognóstico*, que contém as medidas a serem tomadas a fim de solucionar-se o problema identificado no diagnóstico; e, por fim, (3) *frame motivacional*, o esquema de interpretação elaborado para induzir a mobilização coletiva de determinada audiência em prol do prognóstico apresentado (SNOW; BENFORD, 1988, p. 200-202).

Tendo identificado suas principais funções, os autores passaram ao estudo das suas condicionalidades de sucesso, atribuindo-as à ressonância do *frame* em meio a sua audiência. Essa ressonância do *frame* está, por sua vez, dividida em dois critérios: *credibilidade* e *saliência* (BENFORD; SNOW, 2000, p. 619). Ambos os critérios buscam compreender não somente a relação do esquema de interpretação apresentado com os valores e crenças da audiência, mas também a credibilidade do ator que o elabora em relação a esta última.

Esses critérios se desdobram, cada um, em outros três. A *credibilidade* é composta por: (1) *consistência do frame*, referente à congruência entre os valores, as crenças e as ações de seus articuladores, o que no caso estudado corresponderá à análise do comportamento do Partido Moderado em situações anteriores semelhantes ao debate acerca da OTAN, como o caso da entrada para a UE; (2) *credibilidade empírica*, que se refere ao encaixe da narrativa do *frame* entre os eventos reais tais como são entendidos pela audiência, significando no presente trabalho questionar se a população sueca enxerga a entrada do país para a OTAN como um passo necessário à segurança sueca; (3) *credibilidade do ator estratégico*, ou seja, até que ponto a audiência entende que este tem autoridade para falar sobre esse assunto; até que ponto o Partido Moderado possui legitimidade frente à população sueca para sugerir mudanças à política externa do país. A *saliência* é composta por: (1) *centralidade*, relacionada ao quão essencial seriam os valores do *frame* à audiência, ou seja, o quão importante seria aos suecos a questão da entrada do país para a OTAN; (2) *comensurabilidade experimental*, a qual relaciona o *frame* às experiências diárias de sua audiência, constituindo na pesquisa o estudo da relação entre as ameaças militares russas e a segurança doméstica diária dos suecos; e (3) *fidelidade narrativa*, compreendendo a congruência entre o *frame* e as

narrativas culturais da audiência, o que na presente pesquisa se traduzirá na associação da entrada para a OTAN com a construção da identidade sueca (BENFORD; SNOW, 2000, p. 621-622; ver tabela 1).

Segundo Snow e Benford (2000, p. 622), alcançados esses critérios de credibilidade e saliência de forma satisfatória, o *frame* seria capaz de *mobilizar* uma determinada audiência. O processo de mobilização compreende, então, a modificação da forma como a audiência interpreta determinados acontecimentos. Por apresentar essa capacidade de mobilização, o *frame* consiste em ferramenta importante para estudos de contextos democráticos. Nessas conjunturas, observa-se certo grau de dependência entre as políticas executadas pelo governo e sua respectiva aprovação pela população. Essa relação se justifica no pilar democrático do apoio popular como legitimação política, estando o governo sujeito à vontade do povo e portanto, devendo à esse recorrer na tomada de algumas decisões (NELSON; OXLEY, 1999, p. 1040-41).

O discurso possui, segundo Nelson e Oxley (1999, p. 1043), a capacidade de alterar o conteúdo e a importância de algumas crenças da audiência, podendo, portanto, moldar o modo como essa interpreta uma determinada situação. Aplicado ao contexto democrático, o discurso permite aos líderes alterar o modo como uma questão política é repassada à população, sendo possível aproximá-la de fatos inicialmente distantes de sua esfera cotidiana, (JACOBY, 2000, p. 751). Partindo desse pressuposto, alguns autores, como William Jacoby (2000), Thomas Nelson e Zoe Oxley (1999) e William Gamson (1992 apud KINDER; SANDERS, 1996, p. 164-192) propuseram então a aplicação do *frame* como método de análise em casos de mobilização em contextos políticos.

Gamson (1992 apud KINDER; SANDERS, 1996, p. 164-192), dando continuidade às investigações de Snow e Benford, trouxe a definição e os efeitos do *issue framing*. Partindo do pressuposto de que a política seria, em parte, uma competição de ideias, o autor exalta a possibilidade de contestação de questões políticas a partir da maneira como estas são expostas à população. Dessa forma, Gamson assume que todo assunto colocado em um contexto político possui em sua composição um *frame*, ou seja, “uma organização central de ideias ou uma linha histórica que provenha significados à manifestação de uma seleção de eventos” (GAMSON, 1992 apud KINDER; SANDERS, 1996, p. 164, tradução nossa). O processo de *issue framing*, é definido, portanto, na elaboração de *frames* sobre um determinado problema político almejando a mobilização de uma audiência, marcando a transição, para aplicação no campo político, do trabalho iniciado por Snow e Benford.

É nesta transição do *framing* para o contexto político que se insere a proposta de estudo do presente trabalho. A Suécia, uma democracia parlamentarista constitucionalmente reconhecida desde 1974, apresentou, por algum tempo um sistema de partidos próximo ao caracterizado por Sten Berglund e Ulf Lindstrom (1978, apud AYLOTT, 2016, p. 153) como um “modelo de cinco partidos”. De acordo com os autores, o parlamento sueco, até o final do século XX contou com a participação de partidos que poderiam ser enquadrados em, praticamente, cinco tipos diferentes, a depender das classes sociais e ideologias que representavam: conservador (elite econômica e social), agrário (camponeses), social democrata (trabalhadores), liberal (centro-direita) e comunista (esquerda radical).

Com o passar dos anos e o aumento do número de partidos com representação política efetiva no parlamento, essa diferenciação do “modelo dos cinco partidos” deixou de corresponder à realidade da Suécia. A presença de uma democracia parlamentar incitou a necessidade de formação de governos de coalizão, de forma a tornar também característico da política sueca, a polarização dos partidos em dois blocos, um de centro-direita e outro de esquerda (AYLOTT, 2016, p. 160). A partir de 2004, esses blocos foram definidos durante o período pré-eleição da seguinte forma: de um lado, a “Aliança para a Suécia”, de caráter mais conservador, composta pelos partidos do Centro, Liberal, Democrata Cristão e Moderado; e de outro, o bloco “Vermelho-verde”, composto pelos partidos de Esquerda, Social Democratas e Verde (AYLOTT, 2016, p. 160). Essa diferenciação entre os partidos e a necessidade destes em obter uma quantidade mínima de cadeiras no parlamento que lhes garanta influência significativa no gabinete do governo torna o *issue framing* uma ferramenta útil à política partidária do país. A aprovação, pelos suecos, de certas políticas de determinado partido, pode ser a chave do sucesso ou fracasso desse nas eleições parlamentares seguintes. Dessa forma, o modo como os partidos repassam suas propostas e questões à população interfere na sua capacidade de conseguirem ou não o seu apoio e o sucesso nas cadeiras do parlamento.

Essa polarização dos partidos políticos e a busca pelo apoio da população em muito influencia o modo como estes se posicionam frente à questões de política externa, como a neutralidade sueca. Dentre os defensores da permanência do status de neutralidade em sua essência, se encontram o Partido da Esquerda e o Partido Verde, que foram opositores à entrada para a UE na década de 1990, e o Social Democrata, opositor à entrada para a OTAN. Por outro lado, tem-se os partidos Moderado e Liberal na defesa da redefinição da política externa do país, de forma a englobar a entrada para ambas as organizações (VAAHTORANTA; FORSBERG, 2000, p.28).

O Partido Moderado, surgido na Suécia em 1886 como Partido Conservador e considerado o segundo maior do país desde 1979 (LAYTON-HENRY, 1982, p. 70), foi o primeiro a tornar pública a discussão sobre a política de neutralidade. Foi durante o governo do então Primeiro-Ministro e líder do Partido, Carl Bildt (1991-1994), que a população passou a participar de forma mais próxima das discussões acerca da política externa do país (AGIUS, 2006, p. 154). Desde então, o Partido tem defendido ativamente a redefinição da neutralidade sueca a fim de permitir a entrada para organizações militares como a OTAN. Esse ativismo dos Moderados frente ao debate é o que justifica a escolha realizada neste trabalho pelo estudo do discurso proferido por este em detrimento dos demais defensores da mesma posição relacionada à política externa sueca.

A proposta de pesquisa contará com a aplicação da teoria do *framing*, que, por apresentar caráter dual, comporá também o método de análise. Dessa forma, a metodologia a ser utilizada contará com a análise de discursos e declarações do Partido Moderado e seus integrantes a partir da década de 1990. É importante ressaltar que, devido à falta de fluência da autora no idioma sueco, tais discursos se limitarão aos trechos já traduzidos para o inglês por trabalhos acadêmicos anteriormente produzidos ou por alguns veículos de informação, sendo o principal a versão em inglês do jornal sueco *The Local*.

Por fim, propõe-se a aplicação dos critérios de ressonância e credibilidade elaborados por Snow e Benford (2000) ao discurso elaborado pelo Partido Moderado entre 1991 e 2015. Dessa forma, assume-se o Partido Moderado como o *ator estratégico* elaborador de um *frame* que tem como objetivo o convencimento da opinião pública sueca, sua *audiência*, da necessidade de entrada do país como membro permanente para a OTAN, passando pela redefinição da política de neutralidade da Suécia. Pretende-se estudar, portanto, o processo de *issue framing*, realizado pelo Partido, dessa questão no país.

A tabela a seguir busca resumir os critérios propostos por Snow & Benford (2000) contextualizados ao estudo proposto:

Tabela 1- Critérios do *framing*

(continua)

Critérios do <i>framing</i>		
Participantes	Dimensões do <i>framing</i>	Critérios do <i>framing</i>
Ator estratégico: Partido Moderado	Tarefas essenciais do <i>framing</i>	Diagnóstico Prognóstico <i>Frame</i> Motivacional

(conclusão)

Crítérios do <i>framing</i>			
Participantes	Dimensões do <i>framing</i>	Crítérios do <i>framing</i>	
Relação entre o <i>frame</i> e a audiência (opinião pública sueca)	Ressonância	Credibilidade	Consistência do <i>frame</i> Credibilidade empírica Credibilidade do ator estratégico
		Saliência	Centralidade Comensurabilidade experimental Fidelidade narrativa

Tabela adaptada de Carvalho Pinto (2012, p. 12).

CAPÍTULO 2 – O PARTIDO MODERADO E A NEUTRALIDADE SUECA

Este capítulo tem como objetivo iniciar a aplicação do *framing* ao caso do Partido Moderado frente a política de neutralidade sueca. Para tanto, almeja-se a identificação de suas três tarefas essenciais: *diagnóstico*, *prognóstico* e *frame motivacional*, conforme delineado no capítulo anterior. Dessa forma, apresentar-se-á na primeira seção o posicionamento dos Moderados em relação à referida política (*diagnóstico*). A seguir, será exposta a proposta do Partido à política externa sueca (*prognóstico*). Por fim, será retratada a relação da política externa com a opinião pública (*frame motivacional*), bem como apresentada uma tabela-resumo da aplicação empreendida no capítulo.

2.1 NEUTRALIDADE SUECA NO PÓS-GUERRA FRIA: AINDA VANTAJOSA?

A partir de 1970, a política de neutralidade adquiriu *status* doutrinário na Suécia, sendo internalizada pela população como um dos valores nacionais do país e não somente uma característica de seu comportamento internacional (ARTER, 2008, p. 267). Para além da transformação interna, se intensificou, na década de 1990, a percepção da Suécia enquanto integrante e líder do chamado modelo nórdico proposto por Wæver, cuja característica do pacifismo era muito associada ao não-alinhamento internacional (WÆVER, 1992, p. 84-88; MOURITZEN, 1995, p. 9). Dessa forma, a política de neutralidade se encontrava, na última década do século XX, enraizada na identidade nacional e nórdica da Suécia.

Foi diante deste cenário de incorporação da neutralidade aos valores suecos que ocorreu a chegada do final da Guerra Fria e com ela, a acentuação dos questionamentos acerca da viabilidade dessa política no país. Além das dificuldades já vividas na ocorrência das duas Grandes Guerras, a Suécia também foi acusada de ter exercido parcialidade durante o conflito ideológico entre capitalismo e socialismo. Segundo os críticos ao posicionamento do país, este teria ao longo do referido período cooperado com o bloco ocidental ao firmar acordos que garantiriam cooperação mútua em caso de deflagração do conflito armado na Europa. A discussão relativa ao tema passou a adquirir tamanha visibilidade que o governo se viu obrigado a instaurar, em 1994, uma comissão para averiguar a violação da neutralidade entre 1946 e 1989. O parecer final veio no mesmo ano e confirmou que em nenhum momento a Suécia havia fugido da sua proposta original de política externa neutra (BJERELD; MÖLLER, 2016, p. 439-440).

Somado às acusações referentes à atuação sueca durante a Guerra Fria, os anos iniciais da década de 1990 trouxeram a acentuação das dinâmicas de integração europeia, das quais a Suécia tinha dificuldades de participar em função de seu princípio de não alinhamento em

tempos de paz. Surgiu então, neste contexto, a possibilidade de entrada para a União Europeia, discussão que passou a se refletir, principalmente, no comportamento dos grupos políticos nacionais. A busca pela convergência de opiniões e ações em assuntos de política externa sempre havia sido uma constante entre os partidos suecos, dado o receio de tumultos domésticos. Observou-se, porém, a quebra dessa tendência ao passo que alguns começaram a enxergar a posição neutra do país como limitadora de seu escopo de ação internacional. Passou a discutir-se a questão do não-alinhamento enquanto parte integrante da identidade nacional e possível entrave à atuação regional e internacional do país. Dessa forma, dentre os partidos apoiadores da entrada do país para a UE se colocaram os Moderados, o Partido do Centro e, posteriormente, os Social Democratas, enquanto que entre os relutantes se encontraram os Partidos Verde e de Esquerda (KRITZINGER; MICHALOWITZ, 2005, p. 23).

O principal ponto de discordância no debate acerca da entrada para UE se deu na ameaça que esta representaria para a identidade sueca. O Partido Social Democrata, inicialmente relutante à proposta, adotou a narrativa da excepcionalidade nórdica, argumentando que a Suécia era um país único, incompatível com os modelos adotados pelo restante da Europa. Por outro lado, Carl Bildt, Primeiro-Ministro e líder do Partido Moderado à época, acusava seus adversários políticos de não terem sido considerados “europeus o suficiente” aos olhos dos membros da UE, não tendo conseguido, por essa razão, alçar uma candidatura de sucesso de entrada para a organização (MOURITZEN, 1995, p. 16).

Após a realização do referendo, em 1994, foi comprovado o desejo de 52,74% da população sueca em entrar na UE, fato que se consolidou em 1995 (SWEDEN..., 2016). Esse resultado acarretou uma primeira mudança na definição da política de neutralidade sueca, a qual passou a estabelecer como princípio específico o não alinhamento militar e não mais de qualquer natureza, de forma a permitir o enquadramento necessário à entrada para UE (BJERELD; MÖLLER, 2016, p. 442).

Para além do conflito relacionado ao isolamento internacional e a entrada para a UE, a Suécia ainda viveu, ao final da década de 1990, um impasse relacionado à sua participação em intervenções humanitárias. Entre 1948 e 1995 o país enviou mais de 70.000 homens em operações da ONU, integrando em 1993 a UNPROFOR, missão da ONU para a Bósnia (JOHANSSON, 1997, p. 452). Segundo o Primeiro-Ministro da época, Carl Bildt (2013), o envio de tropas suecas à Bósnia tinha como objetivo combater as “forças do mal” e contribuir para a estabilidade na parte do mundo onde eles se encontravam, a Escandinávia.

Seguindo os conflitos regionais europeus ocorridos na década de 1990 e que demandaram a atuação sueca, tem-se o do Kosovo (1998), que trouxe um panorama um pouco distinto do ocorrido na Bósnia. Embora a ameaça de violação dos direitos humanos em uma de suas formas mais graves — a de limpeza étnica — se tornasse iminente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) não emitiu nenhuma autorização para intervenção no país. Diante disso e da gravidade da situação, que já contava com mais de 30 mil pessoas ameaçadas e que haviam fugido de suas próprias casas (SCHMIDT, 2009), a OTAN decidiu, em 1999, por intervir na região sem o consentimento da ONU. A Suécia, por sua vez, embora participante do Programa de Forças para a Paz da OTAN desde 1994, não participou com o envio de tropas para essa operação, alegando que a ausência de permissão pelo CSNU caracterizava a ação como fora do escopo da neutralidade do país (WUNDERLICH, 2013, p. 285).

Como já era de se esperar, a ausência de participação sueca na operação trouxe questionamentos internos, obrigando o governo a adotar uma postura mediadora. Este decidiu demonstrar apoio à intervenção realizada pela OTAN, reconhecendo a emergência e necessidade desta, ressaltando a ineficiência do CSNU em negociá-la e autorizá-la (WUNDERLICH, 2013, p. 285). O ocorrido, porém, não deixou de colocar a Suécia frente a um dilema: de um lado, os valores morais suecos e nórdicos jamais permitiriam que o país permanecesse inerte perante uma ameaça tão grave aos direitos humanos; por outro, sua política de neutralidade impedia a tomada de qualquer ação de interferência não autorizada pelo CSNU.

Dessa forma, passou-se a discutir no país a necessidade e o valor moral de intervenções humanitárias frente à condicionalidade inerente à participação da Suécia nestas — autorização do CSNU —, decorrente de sua política de neutralidade (WUNDERLICH, 2013, p. 285). A política externa sueca foi associada a um conflito com o valor moral nórdico e do país de ajuda aos necessitados — o solidarismo internacional⁷ (BROWNING, 2007, p. 34). Esse debate propiciou que o posicionamento neutro adotado tradicionalmente pelo país no sistema internacional fosse veemente criticado em âmbito doméstico, obtendo destaque o posicionamento do Partido Moderado. O governo de Bildt fez questão de apontar que o número de conflitos diante dos quais a Suécia poderia, de forma natural, se declarar

⁷ Muito próximo do colocado por Wæver (1992, p. 86) como a preocupação dos Estados escandinavos para com os países em desenvolvimento, Browning (2007, p. 34) se refere à esta característica do modelo nórdico de forma mais abrangente como solidarismo internacional.

completamente neutra havia se reduzido (MALMBORG, 2001, p. 177), em virtude da necessidade de se ajudar as vítimas desses.

A neutralidade sueca, em seu modelo original, passava então por um momento de reavaliação interna. O Partido Moderado, principalmente após a ascensão de Carl Bildt como Primeiro-Ministro, fez questão de tornar pública a discussão acerca da política externa do país e, mais do que isso, apresentar seu posicionamento crítico a que vinha sendo tomada. Enquanto alguns partidos insistiam em defender a posição neutra do país, como os Social Democratas e os Democratas Cristãos, os Moderados, juntamente com os Liberais, identificavam a neutralidade como um limitador às ações do Estado sueco no meio internacional — fosse pelo risco do isolacionismo, fosse pela incompatibilidade moral entre os valores suecos e suas limitação de ação no campo humanitário. Dessa forma, os Moderados diagnosticaram o posicionamento neutro sueco como um problema, reconhecendo a necessidade da busca de uma solução para este. À essa realização do Partido, *ator estratégico* no caso analisado, é que se atribui a primeira tarefa essencial do *framing*: o *diagnóstico*.

2.2 OTAN: UMA SOLUÇÃO?

Após a identificação do *diagnóstico* pelo Partido Moderado nas limitações da neutralidade à atuação internacional do país, este passou a reconhecer na redefinição dessa política seu *prognóstico* ou solução, mesmo que para isso fossem necessárias alterações na identidade nacional sueca. Para o Partido, o cerne da mudança deveria ocorrer no princípio de não alinhamento em tempos de paz que viessem a acarretar comprometimento em tempos de guerra. Essa mudança, para os Moderados, se materializaria na permissão de entrada do país como membro permanente para a OTAN.

Assim, os Moderados passaram a argumentar publicamente em defesa da entrada da Suécia como membro permanente para a OTAN. Consolidado o ingresso do país na UE, Carl Bildt colocava a entrada para a aliança como um passo natural para a política externa sueca, e, principalmente, necessária para o aprimoramento da segurança da Europa como um todo, através de cooperação e treinamentos militares (VAAHTORANTA; FORSBERG, 2000, p. 28). A relação de dependência entre a organização e a região foi exposta em um dos discursos de Bildt, proferido em 16 de setembro de 1993 na Fundação Paul-Henri Spaak em Bruxelas, onde ele enfatizou a importância da OTAN para a política europeia: “os esforços militares da OTAN, em particular seus componentes nuclear e transatlântico, asseguraram a paz da Europa por metade de um século... há de se reconhecer que nossa política nunca teria sido possível sem a força e coesão da OTAN.” (BILDT, 1993 apud MALMBORG, 2001, p. 176, tradução

nossa). Com o estabelecimento de uma conexão entre a OTAN e a segurança da Europa, o Partido almejava demonstrar que o ingresso na aliança permitiria aos suecos contribuírem de mais uma forma para a manutenção da paz europeia.

Para além da relação entre a Europa e a OTAN, os Moderados ressaltavam a *expertise* da organização nas dinâmicas de operação de paz. Neste aspecto, entrar para a aliança representaria a solução do dilema *neutralidade vs. moralidade* encontrado na situação do Kosovo e relacionado ao valor nórdico de solidarismo internacional. Entrar para a OTAN proporcionaria à Suécia a possibilidade de colocar em prática essa característica nórdica ao demonstrar para o mundo sua disponibilidade em ajudar os Estados necessitados, mesmo quando fosse militarmente preciso e se fizesse ausente a autorização do CSNU. Dessa forma, argumenta-se que seriam expandidas as oportunidades da contribuição humanitária sueca ao mundo (BJERELD; MÖLLER, 2016, p. 441). Ademais, a primazia da OTAN na execução deste tipo de operação demonstrava para a Suécia e para a Europa uma oportunidade de aprimoramento também de suas forças armadas direcionadas a estes exercícios (EDSTRÖM, 2011, p. 141).

Segundo os Moderados, entrar para a OTAN também significaria para a Suécia fazer parte das decisões da mais poderosa aliança de defesa do mundo, aumentando, assim, sua influência internacional (BJERELD; MÖLLER, 2016, p. 442; EDSTRÖM, 2011, p. 142). Além disso, em relação à identidade nacional sueca, a OTAN, assim como a UE, foi colocada como uma plataforma internacional de expansão e projeção dos valores suecos (BJERELD; MÖLLER, 2016, p. 442). De acordo com o Partido, estaria na hora do país escandinavo apropriar-se do seu lugar no mundo, assumindo sua responsabilidade pela segurança e liberdade de outros países; posição esta inviabilizada pelo então modelo da política de neutralidade do país, e que seria proporcionado através da participação permanente na OTAN (EDSTRÖM, 2011, p. 143).

A entrada para a OTAN foi então, colocada pelo Partido Moderado como um passo que permitiria à Suécia evitar a tendência ao isolacionismo e ainda projetar e exercer de maneira mais completa seu valor de solidarismo internacional, prejudicados pelo princípio de não alinhamento militar em tempos de paz. Esse movimento foi colocado como a materialização de uma redefinição necessária à política de neutralidade sueca. Dessa forma, pode-se entender que, após realizar a primeira tarefa essencial do *framing*, o *diagnóstico*, o Partido apresentou a entrada para a OTAN como solução ao problema detectado. Assim, esta proposta tornou-se o *prognóstico* a partir do qual os Moderados elaborariam o *frame motivacional*, abordado na seção seguinte.

2.3 EM BUSCA DO APOIO DA POPULAÇÃO

Como explicitado no início do capítulo, a política externa sueca é considerada, dentre as pautas nacionais, aquela onde os partidos do país perseguem mais arduamente um posicionamento convergente por temor ao surgimento de tumultos domésticos. Apesar disso, em determinados momentos específicos cronológicos, certo(s) partido(s) preferem defender o que julgam ser a “política correta” (BJERELD; DEMKER, 2000, p. 17), como foi o caso do Partido Moderado, com relação à posição de alteração da neutralidade sueca.

Ulf Bjereld & Marie Demker (2000, p. 17) argumentam que ao adotar uma postura diferente dos demais partidos e da opinião pública, ou seja, crítica à política de não-alinhamento sueca, o Partido Moderado estaria abrindo margem para o surgimento de tumultos domésticos. Para evitá-los, os Moderados buscaram como alternativa o convencimento dos demais partidos e da população acerca da necessidade de uma nova política externa que englobasse a entrada do país na OTAN. Para tanto, se fez útil a elaboração, pelo Partido, de um discurso capaz de mobilizar a opinião pública sueca, caracterizando assim, a terceira tarefa essencial do processo de *framing*: o *frame motivacional*.

A presença no cenário sueco do *frame motivacional* estruturado pelo Partido Moderado se mostra nítida em alguns trechos tanto de falas de seus líderes, como de suas declarações oficiais, como a seguir: “A cooperação com a OTAN deve ser desenvolvida e mais aprofundada. A adesão sueca à OTAN aprimoraria nossa influência, assim como nossa segurança. Uma decisão como esta, porém, demanda o apoio popular e parlamentar” (MODERATE PARTY, 2007, apud EDSTRÖM, 2011, p. 132, tradução nossa). Interessante destacar a última frase no trecho, onde o Partido, além de apresentar as vantagens de se entrar para a OTAN, ressalta a importância do apoio popular e também político à proposta. Este traço do discurso pode ser identificado como uma tentativa de motivar a população sueca, ou seja, denota o direcionamento à esta.

Outro aspecto abordado pelo Partido Moderado que demonstra sua tentativa de convencimento da população diz respeito à conjuntura atual do país. A noção de que o comportamento russo rumo à Escandinávia era agressivo, pois protagonizava violações do espaço aéreo sueco e exercícios militares invasivos (RUSSIAN..., 2014; RUSSIA..., 2015b), foi incorporada ao discurso dos Moderados como fator catalisador da necessidade de entrada da Suécia para a OTAN. A ausência de aliados militares fez crescer nos suecos a sensação de incapacidade de defesa do país frente à uma possível invasão russa. Esse sentimento de

insegurança foi utilizado pelo Partido em seu discurso na tentativa de ganhar o o apoio da população, como observado na declaração dada por Hans Wallmark, membro do Partido e do comitê de defesa parlamentar, à mídia sueca:

“Nós talvez não tenhamos uma ameaça direta à nossa segurança nacional, mas precisamos nos preparar e nos planejar para o futuro (...) Nós acreditamos que ter a Suécia na OTAN fortaleceria a segurança no Báltico. Continuar fora da aliança apenas aumenta as incertezas” (WALLMARK apud O`DWYER, 2016).

O clamor pelo apoio popular como essencial ao processo de tomada de decisão em relação a entrada para a OTAN e a colocação deste movimento como importante à defesa nacional na atual conjuntura sueca, caracterizam o direcionamento do discurso dos Moderados à mobilização dos suecos em prol do *prognóstico* apresentado na seção anterior. Dessa forma, pode constatar-se a presença de um *frame motivacional* elaborado pelo Partido à população.

Em suma, têm-se na tabela abaixo a aplicação das tarefas essenciais do *framing* ao caso do Partido Moderado e a entrada da Suécia para a OTAN.

Tabela 2 – Aplicação das tarefas essenciais do *framing*

Tarefas essenciais do <i>framing</i>	Aplicação ao caso
<i>Diagnóstico</i>	Neutralidade sueca como limitadora tanto do escopo de ação do país no cenário internacional, quanto da participação deste em dinâmicas de integração internacional.
<i>Prognóstico</i>	Entrada da Suécia como membro permanente para a OTAN e conseqüente redefinição da política de neutralidade.
<i>Frame motivacional</i>	Discurso elaborado pelo Partido Moderado a fim de convencer a população a apoiar a entrada da Suécia como membro permanente para a OTAN.

Fonte: elaboração própria.

CAPÍTULO 3 – O FRAME E SUA RESSONÂNCIA NA OPINIÃO PÚBLICA SUECA

Este capítulo almeja demonstrar a aplicação dos critérios de ressonância do *framing* — *saliência e credibilidade* — ao discurso proferido pelo Partido Moderado sueco. Na primeira parte, serão apresentadas características do *ator estratégico* em questão para verificar a sua *credibilidade*. A seguir, abordar-se-á a relação entre os valores suecos e os discursos em defesa da entrada desta para a UE e para a OTAN, objetivando verificar a *consistência* e a *fidelidade narrativa* do *frame*. Por fim, será tratado o ativismo militar protagonizado pela Rússia na região nos últimos anos a fim de comprovar a *centralidade*, *credibilidade empírica* e *comensurabilidade experimental* do discurso apresentado pelos Moderados.

3.1 O PARTIDO MODERADO NA POLÍTICA SUECA

O Partido Moderado, desde sua denominação assim reconhecida em 1969, conseguiu eleger dois Primeiros-Ministros na Suécia: Carl Bildt, em 1991, e Fredrik Reinfeldt, em exercício entre 2006 e 2014, período no qual Bildt foi indicado para o Ministério das Relações Exteriores da Suécia (BYNANDER; DALÉUS, 2014, p. 2). O mandato de Carl Bildt foi intensamente marcado tanto pela conjuntura econômica em que se encontrava o país quanto por sua personalidade política. Na década de 1990, a Suécia passara por uma crise econômica⁸ que afetou, principalmente, seu sistema financeiro e contou com uma alta contínua dos preços, tendo atingido um índice de 13,5% de inflação em fevereiro de 1991, um dos mais altos de sua história (ENGLUND, 2015, p. 18; SWEDEN Inflation Rate, 2016). Diante dessa situação, o Primeiro-Ministro apresentou uma política de reformas liberalizantes nos setores de telecomunicações e energia, bem como a privatização da assistência médica no país. Embora tenha sofrido críticas por apresentar uma postura nitidamente mais liberal que a exercida durante os anos dos Social Democratas no cargo, Bildt obteve, através de suas medidas, crédito a longo prazo pelo crescimento econômico que se seguiu na Suécia após o fim de seu mandato (GLOBSEC, 2015).

Para além de seu papel na área econômica, Bildt é também lembrado na Suécia por sua personalidade extrovertida. Ao contrário de muitos dos líderes que ocuparam o cargo de Primeiro-Ministro, ele fazia questão de se pronunciar à população sempre que possível, e passou, nos anos de sua atuação enquanto Ministro das Relações Exteriores, a utilizar mídias sociais, como o Twitter, para se aproximar da sociedade. Suas constantes aparições também

⁸ Como principais características e fatores da crise, Peter Englund (2015, p.18), ainda cita a relutância sueca à uma política fiscal mais austera, bem como a unificação da Alemanha, ocorrida em 1990, que teria gerado um aumento da taxa de juros internacional.

lhe renderam a imagem de um “político bem preparado” em meio aos suecos. A facilidade e espontaneidade com a qual o Primeiro-Ministro lidava com as câmeras contribuiu para que ele fosse considerado um “talento natural” para a política (BYNANDER; DALÉUS, 2014, p. 4).

A existência dessa percepção positiva de Bildt pela população sueca pode ser constatada através das pesquisas de opinião realizadas pelo *SOM*⁹. Dentre as categorias analisadas pelo Instituto estão a concepção do político como bem preparado e o nível de confiança da população neste. Em ambas as categorias o ex-Primeiro-Ministro apresenta índices consideravelmente altos. Na primeira, Bildt atingiu a pontuação de +76 em uma escala que vai de -100 até +100, enquanto sua oposição política apresentou +72 quando em sua melhor performance. Em relação à confiança no político depositada pela população, ele, no início de seu mandato, apresentava um índice de 25%, atingindo 34% ao final, frente a 35% da oposição. Embora, neste quesito, tenha terminado 1% abaixo de seus oponentes, Bildt apresentou uma evolução de quase 10% ao longo de sua atuação no cargo, o que merece destaque na análise de sua credibilidade frente aos suecos (BYNANDER; DALÉUS, 2014, p. 22-23). Com o crescimento das críticas às medidas econômicas liberalizantes promovidas por Bildt, os Social Democratas retornaram ao poder com os governos de Ingvar Carlsson (1994 – 1996) e Goran Persson (1996 – 2006) (SWEDEN..., 2016).

A segunda participação dos Moderados no cargo de Primeiro-Ministro, com Fredrik Reinfeldt entre 2006 e 2014, também contribuiu para o aumento da credibilidade do Partido frente à população. Embora com uma performance pública diferente da apresentada por Bildt, marcada por menos aparições e declarações públicas, Reinfeldt é considerado o responsável pelo fortalecimento da coalisão partidária “Aliança para a Suécia”, integrada pelos Moderados, além dos Partidos de Centro, Liberal e Democrata Cristão. O Primeiro-Ministro preocupou-se em adaptar a linguagem utilizada pelo Partido para atingir a parcela da população que não mais se encontrava pobre ou desempregada como na década de 1990, quando da ocorrência da crise econômica. Esta parte dos suecos, apesar de agora empregada, se apresentava excluída da sociedade e seus simbolismos tradicionais de riqueza. Dessa forma, a desvinculação de imagens tradicionais associadas ao Partido, como colares de pérolas e gravatas foi considerada de extrema importância para a reeleição de Reinfeldt (BYNANDER; DALÉUS, 2014, p. 13).

⁹ Para mais informações acerca do *SOM*, olhar o primeiro capítulo deste trabalho.

As tentativas de aproximação da população protagonizadas por Reinfeldt também geraram efeitos positivos, de acordo com as pesquisas realizadas pelo *SOM*. Na categoria de político bem preparado, o Primeiro-Ministro obteve pontuação de 94, em uma escala de 0 a 100, frente a 75 de seus oponentes políticos. Quanto à confiança nele depositada pela população, Reinfeldt atingiu o percentual de 49 frente a 19 de sua oposição (BYNANDER; DALÉUS, 2014, p. 22-23).

Os altos índices alcançados por Bildt e Reinfeldt nas pesquisas podem ser interpretados como indicadores do aumento da credibilidade não só desses líderes políticos em meio à população sueca, mas também do Partido de que fazem parte. A percepção popular desses líderes, principalmente, como políticos bem preparados, proporcionou ao Partido uma certa autoridade para sugerirem ao país mudanças de natureza política, inclusive em aspectos de atuação externa. Dessa forma, a associação da autoridade destes políticos como uma característica inerente ao Partido Moderado, pode ser considerada um fator que corrobora a *credibilidade* deste enquanto *ator estratégico* do *frame* relacionado à entrada do país para a OTAN.

3.2 A UE COMO PRECEDENTE

Entrando mais especificamente na área da política externa, o mandato de Carl Bildt como Primeiro-Ministro é visto como o responsável pelo ingresso da Suécia na União Europeia. O líder Moderado fez questão de trazer a público a questão da necessidade de redefinição da neutralidade do país para abarcar as dinâmicas de integração regional. Esse movimento lhe atribui também crédito pela criação de uma estratégia global não só sueca, mas europeia (GLOBSEC, 2015). Após a concretização da entrada para a UE, os Moderados passaram a utilizar alguns dos mesmos argumentos para justificar o ingresso do país na OTAN.

Buscando amenizar os efeitos a serem ocasionados pela entrada como membro permanente para a aliança à identidade sueca e nórdica, os Moderados, assim como o fizeram em relação à UE, justificaram que a entrada para a aliança seria uma forma de aumentar a influência internacional da Suécia (MODERATE PARTY, 2002 apud EDSTRÖM, 2011, p. 143). Seria uma oportunidade de expandir os valores suecos da Europa para o mundo. Esse argumento ganha ainda mais força quando analisado sob a perspectiva de Christopher Browning (2007, p. 27-28). Segundo o autor, os países nórdicos não só teriam a intenção de construir uma identidade pautada nas três características de seu modelo, mas também de projetá-la para o mundo como uma *brand*, ou seja, uma espécie de marca exclusiva. Dessa

forma, a entrada da Suécia para ambas as organizações, ao invés de representar a perda de uma característica de sua identidade, representaria a projeção internacional do modelo sueco enquanto uma marca a ser emulada pelo restante do globo.

Para além da expansão do modelo nórdico, a entrada para a OTAN é ainda colocada pelo partido como uma forma de reforçá-lo, no que tange seu solidarismo internacional. Como mencionado na seção acerca do *prognóstico*, no segundo capítulo, os Moderados defendiam a necessidade da Suécia tomar seu lugar no mundo enquanto responsável pela segurança e liberdade dos demais países do globo (EDSTRÖM, 2011, p. 143). O ingresso na OTAN permitiria incluir no escopo de participação sueca todas as intervenções internacionais por ela realizada, mas só as autorizadas pelo CSNU, diminuindo assim as restrições ao exercício do valor nórdico de solidariedade para com os Estados necessitados. Esse argumento, retoma, portanto, a OTAN como solução ao dilema *moralidade vs. neutralidade* mencionada no capítulo anterior como parte do *diagnóstico* do *framing*.

Diante da argumentação utilizada pelo Partido em defesa da entrada da Suécia para a OTAN, observa-se uma repetição do padrão adotado por este quanto à entrada na UE na década de 1990. O uso de argumentos similares embasados na consideração de ambas as organizações como passos naturais da evolução da política externa do país, bem como meios de disseminação dos valores nórdicos, caracteriza uma continuidade na posição do Partido. Essa coerência apresentada nos discursos e ações frente à necessidade de reformulação da neutralidade sueca contribui para a *consistência* do *framing*. Por outro lado, a utilização de argumentos que enalteçam a identidade nacional sueca e nórdica, demonstra a preocupação do *ator estratégico* em questão com as narrativas culturais de sua *audiência*. Dessa forma, a proposta de instrumentalização da OTAN enquanto veículo de disseminação dos valores suecos pode ser interpretada como provedora da *fidelidade narrativa* ao *frame* apresentado pelos Moderados.

3.3 A CONTRIBUIÇÃO RUSSA PARA O FRAME DO PARTIDO MODERADO

Embora marcadas por tensões desde a Guerra Fria, foi em 2013, com o aumento das ofensivas militares russas na região, que as relações entre Suécia e Rússia começaram a se deteriorar. Houve relatos que, em março do referido ano, aviões russos de guerra teriam patrulado a região de Estocolmo, no episódio que ficou conhecido como “páscoa russa”. Apesar do incidente, não houve resposta militar do governo sueco — talvez por uma questão de cautela —, o que foi interpretado pela população sueca como uma falha na segurança do país (FRIDÉN, 2015).

As violações do espaço aéreo sueco, porém, não cessaram após o ocorrido e, em setembro de 2014, dois caças russos foram identificados sobrevoando a Suécia em baixa altitude ao partirem de Kaliningrado com destino à costa polonesa. Anteriormente criticado por não agir frente às ações russas, desta vez o governo sueco ameaçou interceptar ambos os caças caso estes não deixassem seu espaço aéreo (RUSSIAN..., 2014). Alarmados pela ameaça, os aviões deixaram a Suécia. O incidente foi classificado pelo então Ministro das Relações Exteriores sueco, Carl Bildt, como a mais séria violação do espaço aéreo sueco pelos russos em décadas (RUSSIAN..., 2015).

Não bastassem as ameaças aéreas, as tensões entre os dois países vizinhos se acentuaram com a suspeita de atividades marítimas que não pertencentes à marinha sueca na costa do país em outubro de 2014. Diante da situação, o governo decidiu por abrir uma investigação, concluída em novembro do mesmo ano, a qual constatou a presença de submarinos estrangeiros no mar territorial da Suécia (TIMELINE..., 2014). A origem dos submergidos, porém, não foi oficialmente revelada pelo processo de apuração do caso. Não faltaram, entretanto, sugestões de que estes seriam oriundos da Rússia, gerando reações inusitadas no país vizinho. O jornal russo, *Rossiyskaya Gazeta*, em uma tentativa de criticar a movimentação de defesa sueca, comentou: “Mas uma atitude tão máscula [reconhecimento da origem russa dos submarinos] como esta foge à capacidade dos militares suecos em realizá-la” (GROLL, 2014, tradução nossa). O comentário deixa nítido o acirramento da tensão entre os dois países não somente na esfera política, mas também seu reflexo na mídia.

Em 2015, seguiram-se simulações de invasões militares pelo mar báltico que também passaram a fazer parte do arcabouço de ações russo. Uma delas, incluindo a captura da ilha sueca de Gotland, ocorreu entre 21 e 25 de março de 2015 e contou com a participação de mais de 33 mil soldados russos. O governo sueco, como medida de segurança, decidiu então, que enviaria um total de 230 homens para a ilha até 2018 (RUSSIA..., 2015b). Esse movimento representou o surgimento de respostas suecas de caráter mais militar, ressaltando a situação de possível fragilidade em que o país começava a se encontrar.

Outro aspecto importante a se destacar no cenário sueco atual é a declaração realizada pela Procuradoria-Chefe da Rússia em junho de 2015. O órgão anunciou a revisão dos processos de independência dos países bálticos em relação à União Soviética, concluídos em 1991. Assim como ocorrido com a região da Crimeia, surgiu o medo de que a Rússia pudesse instrumentalizar a suposta inconstitucionalidade dos referidos processos para justificar uma possível anexação da Lituânia, Letônia e Estônia (RUSSIA..., 2015c). Ainda relacionado à crise da Ucrânia, a Suécia teve desavenças com o próprio embaixador russo no país. Segundo

o representante da Rússia, os suecos seriam um dos responsáveis pela crise, em primeiro lugar, ao oferecerem aos ucranianos um lugar na UE (RUSSIA..., 2015a). Dessa forma, o risco de anexação dos países do Báltico parecia ainda mais iminente, fosse como demonstrativo de força dos russos para a UE e a Suécia, fosse como forma de causar instabilidade na região já amedrontada pelos exercícios militares russos.

Dada a situação de instabilidade, as ações da Rússia na região se tornaram tão intensas que passaram a ser constantemente noticiadas pelos principais meios de comunicação do país, incluindo o jornal em inglês *The Local*, trazendo consigo a questão da entrada para a OTAN. A população passou a ter um conhecimento cada vez maior da situação, o que refletiu como este tema seria essencial aos suecos, ao mesmo tempo em que contribuiu para que sua centralidade se intensificasse. Consequentemente, tornou-se recorrente o questionamento acerca da capacidade de defesa da Suécia em caso de um ataque efetivo de seus vizinhos. Foi a partir dessa questão que o Partido Moderado (re)moldou seu argumento de caráter militar em favor da entrada do país para a OTAN.

Ser integrante permanente da OTAN permitiria à Suécia fazer uso do parágrafo quinto do tratado, que versa sobre a obrigação de defesa coletiva em caso de ataque a um de seus membros. Diante da situação conflituosa em que o país se encontra com sua vizinha Rússia, poder contar com a ajuda externa no caso de um ataque tornou-se um dos principais argumentos utilizados pelos Moderados. Ser membro da OTAN faria ainda, segundo eles, o Kremlin repensar suas intenções militares na região ao saber do risco de resposta das grandes potências, como os EUA, em decorrência da inclusão integral da Suécia ao Tratado, assumindo um caráter de capacidade de dissuasão (WORLD REVIEW, 2014).

Ademais, a necessidade de cooperação com a OTAN no gerenciamento de crises e desastres internacionais também é defendida pelo Partido. Assuntos como a proliferação de armas nucleares e terrorismo, dado o surgimento acentuado de grupos extremistas como o Estado Islâmico, teriam de ser discutidos juntamente com aqueles parceiros que possuem experiência para tratá-los. A UE, por sua vez, já não mais serviria como plataforma suficiente de desenvolvimento e treino de forças armadas, fosse em operações de paz, fosse em exercícios de defesa (EDSTRÖM, 2011, p. 141-145). Dessa forma, entrar para a OTAN significaria uma forma de aprimoramento da capacidade de defesa sueca e não somente contar com o exército das grandes potências a seu favor.

A situação na qual se encontra a Suécia com relação à Rússia contribuiu em muito para a ressonância do *frame* elaborado pelo Partido Moderado acerca da entrada para a OTAN. Primeiramente, a veiculação recorrente nos meios de comunicação da crise atrelada à

possibilidade de entrada para a OTAN reflete e, ao mesmo tempo, intensifica a essencialidade do tema em meio a população, ou seja, sua *centralidade*. Juntamente com esta categoria, o constante aparecimento do assunto nos meios de comunicação ainda aproximou da vida quotidiana da população a crise pela qual o país passava com seu vizinho. A presença de caças russos não só é colocada como um assunto de defesa nacional, mas gera questionamento sobre a segurança de viagens domésticas aéreas no país. Dessa forma, a *comensurabilidade experimental* do *frame* do Partido ganha força a medida em que a entrada para a OTAN traria uma dimensão de segurança interna e não somente externa aos suecos. Por fim, a *credibilidade empírica* do discurso se faz presente na ameaça real à população de um ataque militar russo, cujo impedimento supostamente se daria somente através da ajuda da OTAN. Além disso, o destaque dado à cooperação no combate a grupos terroristas também contribui para esta categoria de ressonância do *framing* devido aos recentes ataques ocorridos na Europa¹⁰.

Analisadas as categorias de ressonância do *framing* no discurso do Partido Moderado, a tabela abaixo almeja resumi-las.

Tabela 3 – Aplicação dos critérios de ressonância do *framing*

(continua)

Critérios de ressonância do <i>framing</i>		Aplicação ao caso
Credibilidade	<i>Consistência do frame</i>	Coerência entre os argumentos utilizados para defender a entrada da Suécia para a UE e para a OTAN como meio de redefinição da neutralidade do país.
	<i>Credibilidade Empírica</i>	Entrada para a OTAN como forma de prevenção de um ataque militar russo, dada a escalação das tensões na região.
	<i>Credibilidade do Ator Estratégico</i>	Altos índices de confiança por parte da população alcançados por Carl Bildt e Fredrik Reinfeldt enquanto Primeiros-Ministros, segundo pesquisas do SOM.
<i>Saliência</i>	<i>Centralidade</i>	Constante veiculação da crise militar com a Rússia e a possibilidade de entrada para a OTAN pelos principais meios de comunicação da Suécia.

¹⁰ Desde 2015 a Europa sofreu cerca de 10 atentados terroristas protagonizados por grupos extremistas, tendo ganho maior notoriedade os ocorridos na França (Paris, em novembro de 2015, e Nice, em julho de 2016,) e na Bélgica (março de 2016). O número total de mortos passa de 250, dos quais mais de 200 já foram identificados na França (ATENTADOS..., 2016).

(conclusão)

Crítérios de ressonância do <i>framing</i>		Aplicação ao caso
<i>Saliência</i>	<i>Comensurabilidade Experimental</i>	Associação dos exercícios militares protagonizadas pela Rússia à segurança aérea doméstica dos cidadãos suecos.
	<i>Fidelidade Narrativa</i>	Colocação da OTAN como veículo de disseminação dos valores suecos e nórdicos para o restante do mundo.

Tabela de elaboração própria.

CONCLUSÃO

A presente monografia teve como objetivo o entendimento das origens da mudança na opinião pública sueca, ocorrida em 2015, sobre a entrada do país para a OTAN. A hipótese concebida era de que esta teria sido resultado da elaboração e disseminação de um *frame* pelo Partido Moderado. Dessa forma, utilizou-se da teoria do *framing* e suas categorias para constatação ou não da presença e ressonância do discurso dos Moderados entre a população. Confirmou-se a hipótese de que o *frame* elaborado pelo Partido Moderado havia influenciado a mudança na opinião pública sueca.

Primeiramente, ao identificar as limitações do escopo de ação da Suécia em razão de sua política de neutralidade como um problema, o Partido moderado, *ator estratégico* do processo, contemplou a primeira tarefa essencial do *framing*: o *diagnóstico*. A entrada do país como membro permanente para a OTAN e a consequente redefinição da política externa deste, por sua vez, foi concebida como uma solução ao *diagnóstico* apresentado, caracterizando a presença do *prognóstico*, segunda tarefa essencial do processo. O *frame motivacional*, foi então constatado pela existência de um discurso elaborado pelo Partido e direcionado ao convencimento da população sueca em prol da realização do *prognóstico*.

Verificada a presença das tarefas essenciais, passou-se para a averiguação das categorias de ressonância do *framing*: *credibilidade* e *saliência*, decompostas em suas subclassificações. No que se refere à *consistência do frame*, o Partido Moderado apresentou coerência entre os argumentos por ele utilizados em relação à UE na década de 1990 e em relação à entrada para a OTAN nos últimos anos, de forma a apresentar um posicionamento constante e consistente. A *credibilidade empírica do frame* foi conferida pelas ameaças russas na região, colocando a necessidade de aliados militares à Suécia no caso de uma invasão do país vizinho. A *credibilidade do ator estratégico*, ou seja, dos Moderados, por sua vez foi constatada na popularidade por este adquirida, principalmente, através dos elevados níveis de confiança da população em seus dois líderes Carl Bildt e Fredrik Reinfeldt enquanto Primeiros-Ministros.

No que tange às subcategorias da *saliência*, a *centralidade do frame* do Partido Moderado pôde ser observada na atenção recorrente dada pela mídia sueca às tensões com a Rússia, refletindo a essencialidade das consequências destas para a população sueca. A *comensurabilidade experimental* também se fez presente no *frame* dos Moderados na medida em que as violações do espaço aéreo da Suécia se tornaram uma ameaça também às viagens domésticas no país, não sendo apenas uma questão de segurança nacional, mas também individual dos suecos. Por fim, o argumento utilizado pelo *ator estratégico* em questão, de

que a OTAN poderia ser utilizada como um veículo de disseminação dos valores suecos caracteriza a *fidelidade narrativa* necessária ao *frame*.

Diante do exposto, fica clara a comprovação da presença de todas as categorias necessárias à concepção e ressonância do *framing*, ratificando a hipótese levantada inicialmente. Importante ressaltar que a conjuntura atual de movimentação russa no Báltico contribuiu muito para que o discurso dos Moderados obtivesse reverberação entre os suecos. Assim sendo, apesar de todos os indícios levantados neste trabalho, não se pode garantir que a opinião pública sueca tenha mudado *somente* por causa do discurso do Partido analisado, ficando esta questão para pesquisas futuras.

A comprovação da ressonância do discurso dos Moderados, elaborado com base em crenças e valores da população sueca, revela a relação entre a construção da política externa do país e sua identidade nacional. A inclusão das características do excepcionalismo da região à este discurso também possibilitou a compreensão de que a redefinição da neutralidade da Suécia afeta a imagem por esta passada ao mundo enquanto integrante do Modelo Nórdico como um todo.

Dado que a presente pesquisa foi realizada ao longo do ano de 2016, faz-se necessário, mencionar que a mudança da opinião pública aqui analisada não mais se encontra vigente na Suécia. Em julho deste ano, uma nova pesquisa voltou a demonstrar que a maioria dos suecos não apoiam mais a entrada do país para a OTAN. Dada a volatilidade e dificuldade em se precisar o desejo de uma população, cabe apenas afirmar que a Suécia passa por um momento de reflexão acerca de sua política externa de neutralidade, restando para pesquisas futuras os estudos dos resultados e consequências deste fenômeno tanto para a identidade sueca, quanto nórdica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, E. Constructivism and International Relations. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. (Eds.). **Hanbook of International Relations**. Londres: Sage Publications, 2002. p. 95–118.

AGIUS, C. **The social construction of Swedish neutrality**. Manchester: Manchester University Press, 2006.

ARTER, D. **Scandinavian politics today**. Manchester: Manchester University Press, 2008.

ATENTADOS terroristas na Europa. **Sputnik Brasil**, 2 ago. 2016. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/infograficos/201608025910043-atentados-terroristas-europa/>>. Acesso em 3 de novembro de 2016.

AYLOTT, N. The Party System. In: PIERRE, J. (Ed.). **The Oxford Handbook of Swedish Politics**. Oxford: Oxford Press, 2016. p. 152–168.

BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing Processes and Social Movements : An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 611–639, 2000.

BILDT, C. Sweden has chosen Partnership over Neutrality. **Atlantic Council**, 27 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.atlanticcouncil.org/blogs/natosource/carl-bildt-sweden-has-chosen-partnership-over-neutrality>>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

BJERELD, U.; DEMKER, M. Foreign Policy as Battlefield: A study of National Interest and Party Motives. **Scandinavian Political Studies**, v. 23, n. 1, p. 17–36, 2000.

BJERELD, U.; MÖLLER, U. Swedish Foreign Policy: the policy of neutrality and beyond. In: PIERRE, J. (Ed.). **The Oxford Handbook of Swedish Politics**. Oxford: Oxford Press, 2016. p. 433-446

BROWNING, C. S. Branding Nordicity: Models, Identity and the Decline of Exceptionalism. **Cooperation and Conflict: Journal of Nordic International Studies Association**, v. 42, n. 1, p. 27–51, 2007.

BYNANDER, F.; DALÉUS, P. **Swedish Coalition Governments as Quest for Re-election**. The 2014 ECPR Joint Sessions, Salamanca, 10-15 abril 2014.

CARVALHO PINTO, V. **Nation-Building, State and the Genderframing of Women's Rights in the United Arab Emirates (1971 - 2009)**. Inglaterra: Ithaca Press, 2012.

CHECKEL, J. T. Constructivism and Foreign Policy. In: BEACH, D. (Ed.). **Analyzing Foreign Policy**. Inglaterra: Palgrave Mcmillan, 2012.

EDSTRÖM, H. Sweden and NATO - Partnership in the Shadow of Coalitions and Concepts. In: EDSTRÖM, H.; MATLARY, J. H.; PETERSSON, M. (Eds.). **NATO - The Power of Partnerships**. Inglaterra: Palgrave Mcmillan, 2011. p. 131–162.

ENGLUND, P. **The Swedish 1990s banking crisis: a revisit in the light of recent**

experience. Riksbank Macroprudential Conference, 2015

FRIDÉN, A. Why It's Time: The Case for Swedish Membership in NATO. **Yale Journal of International Affairs**, 1 abr. 2015. Disponível em: <http://yalejournal.org/article_post/why-its-time-the-case-for-swedish-membership-in-nato/>. Acesso em 2 de maio de 2016.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: an essay on the organization of experience.** New York: Harper & Row, 1974.

GLOBSEC. Pannelist: Carl Bildt. **Globsec**, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.globsec.org/globsec2015/panellist/carl-bildt-1>>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

GROLL, E. Swedes Find Definitive Evidences of Submarine, Russians Call Them Unmanly. **Foreign Policy**, 15 nov. 2014. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2014/11/15/swedes-find-definitive-evidence-of-submarine-russians-call-them-unmanly/>>. Acesso em 18 de setembro de 2016.

HOPPER, B. Sweden: A Case Study in Neutrality. **Foreign Affairs**, v. 23, n. 3, p. 435–449, 1945.

JACOBY, W. Issue framing and public opinion on government spending. **American Journal of Political Science**, v. 44, n. 4, p. 750–767, 2000.

JOHANSSON, E. The Role of Peacekeepers in the 1990s: Swedish Experience in UNPROFOR. **Armed Forces & Society**, v. 23, n. 3, p. 451–465, 1997.

KINDER, D. R.; SANDERS, L. M. **Divided by color: racial politics and democratic ideals.** Chicago & London: University of Chicago Press, 1996.

KRITZINGER, S.; MICHALOWITZ, I. Party position changes through EU membership? The (non-)europeanisation of Austrian, Finish and Swedish political parties. **Politique Européenne**, v. 2, n. 16, p. 19-51, 2005.

LAYTON-HENRY, Z. **Conservative Politics in Western Europe.** London: The Macmillan Press Ltd, 1982.

MALMBORG, M. **Neutrality and state-building in Sweden.** New York: Palgrave, 2001.

MANNING, B. The Congress, the Executive and the Intermestic Affairs: Three Proposals. **Foreign Affairs**, v. 55, n. 2. p. 308-324, 1977.

MORE Swedes want to join Nato than stay out. **The Local**, 14 set. 2015. Disponível em: <<http://www.thelocal.se/20150914/poll-more-swedes-now-for-nato-than-against>>. Acesso em: 20 de março de 2016.

MOURITZEN, H. The Nordic Model as a Foreign Policy Instrument: Its Rise and Fall. **Journal of Peace Research**, v. 32, n. 1, p. 9–21, 1995.

NATO. Partnership for Peace programme. **NATO**, 7 abr. 2016. Disponível em:

<http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50349.htm?selectedLocale=en>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

NELSON, T. E.; OXLEY, Z. M. Issue Framing Effects on Belief Importance and Opinion. **The Journal of Politics**, v. 61, n. 4, p. 1040, 1999.

O'DWYER, G. Sweden Adopts Tougher Military Strategy Doctrine. **Defense News**, 17 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.defensenews.com/story/defense/international/europe/2016/03/17/sweden-defense-military-strategy-doctrine/81908664/>>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

PETERSSON, O. Constitutional History. In: PIERRE, J. (Ed.). **The Oxford Handbook of Swedish Politics**. Oxford: Oxford Press, 2016. p. 89–102.

RUSSIA blames Sweden for Ukrain crisis. **The Local**, 9 mar. 2015a. Disponível em: <<http://www.thelocal.se/20150309/russia-blames-sweden-for-ukraine-crisis>>. Acesso em 27 de abril de 2016.

RUSSIA rehearsed invasion of Sweden. **The Local**, 25 jun. 2015b. Disponível em: <<http://www.thelocal.se/20150625/russia-rehearsed-military-invasion-of-sweden>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

RUSSIA examines 1991 recognition of Baltic independence. **BBC**, 30 jun. 2015c. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-33325842>>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

RUSSIAN jets spotted in Swedish airspace. **The Local**, 18 set. 2014. Disponível em: <<http://www.thelocal.se/20140918/russian-jets-violate-swedish-airspace-report>>. Acesso em: 26 de abril de 2016.

RUSSIAN jets spotted off Sweden's east coast. **The Local**, 31 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.thelocal.se/20150831/russian-fighter-jets-spotted-east-of-gotland>>. Acesso em: 26 de abril de 2016.

SCHMIDT, F. Intervenção da OTAN no Kosovo fez repensar o direito internacional, dizem especialistas. **DW Notícias**, 24 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/interven%C3%A7%C3%A3o-da-otan-no-kosovo-fez-repensar-o-direito-internacional-dizem-especialistas/a-4122856>>. Acesso em 2 de novembro de 2016.

SINGER, J. D. The level-of-analysis problem in international relations. **World Politics**, v. 14, n. 1, p. 77-92, 1961.

SNOW, D. A. et al. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v. 51, n. 4, p. 464–481, 1986.

SNOW, D. A.; BENFORD, R. D. Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization. **International Social Movement Research**, v. 1, n. 1, p. 197–217, 1988.

SOM. **Sobre o SOM**. Disponível em: <http://som.gu.se/om_som>. Acesso em 2 de novembro de 2016.

SWEDEN Inflation Rate. **Trading Economics**, 2016. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/sweden/inflation-cpi>>. Acesso em: 5 de novembro de 2016.

SWEDEN – Political Parties. **Norsk for forskningsdata**. Noruega, 2016. Disponível em: <http://www.nsd.uib.no/european_election_database/country/sweden/parties.html>. Acesso em: 15 set. 2016.

SWEDISH INSTITUTE. **History of Sweden**. Última atualização em 21 jun. 2016. Disponível em: <<https://sweden.se/society/history-of-sweden/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

TIMELINE: Search for submarine in Stockholm. **The Local**, 14 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.thelocal.se/20141021/the-mystery-submarine-a-timeline>>. Acesso em 25 de abril de 2016.

TNS-sifo. **Sociedade e opinião**. Disponível em: <<https://www.tns-sifo.se/erbjudande/samhalleopinion>>. Acesso em 3 de novembro de 2016.

VAAHTORANTA, T.; FORSBERG, T. Post-Neutral or Pre-Allied?: Finnish and Swedish Policies on the EU and NATO as Security Organisations. **Upi Working Papers**, v. 29, 2000.

WÆVER, O. L. E. Nordic Nostalgia : Northern Europe after the Cold War. **International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)**, v. 68, n. 1, p. 77–102, 2016.

WORLD REVIEW. Sweden puts security of Baltic States in risk. **World Review**, 24 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.worldreview.info/content/sweden-puts-security-baltic-states-risk>>. Acesso em 20 de abril de 2016.

WUNDERLICH, C. Moving beyond neutrality: Sweden's changing attitude towards the military use of force. In: GEIS, A.; MÜLLER, H.; SCHÖRNING, N. (Eds.). **The Militant Face of Democracy: liberal forces for good**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 269–303.